

Povos indígenas e turismo no Pantanal: experiência em construção na

T.I. Kadiwéu<sup>1</sup>

Álvaro Banducci Júnior

UFMS/Mato Grosso do Sul

Palavras-chave: Turismo, Pantanal, Povos Indígenas.

## **Introdução**

A natureza exuberante, composta por biomas singulares e diversificados, que abrigam ricas e variadas espécies de fauna e flora, somada à piscosidade dos rios que compõem a bacia do alto Paraguai são os principais impulsionadores da dinâmica do turismo no Pantanal, regulado pela característica ambiental da planície pantaneira, com períodos de cheias e secas que regulam a vida na região (Ribeiro, 2015; Banducci Jr, 2006; Moretti, 1999).

Reconhecido como Patrimônio Natural Mundial e Reserva da Biosfera, em 2000, pela UNESCO, o Pantanal abrange um território que se estende por mais de 150 mil Km<sup>2</sup> em sua porção brasileira (IBGE, 2020), e ocupa pequena área de terras do Paraguai e da Bolívia. Trata-se de uma vasta planície que, para além da natureza em considerável grau de conservação, abriga inúmeras comunidades tradicionais, incluindo povos indígenas, trabalhadores do gado, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos e pequenos produtores agrícolas, cujas vidas e culturas têm atraído a atenção de visitantes, sobretudo aqueles ligados à prática do turismo ecológico e etnoturismo. Por sua vez, muitas dessas gentes do Pantanal, diante da oportunidade que o turismo oferece, têm manifestado interesse crescente pela atividade, tendo em vista seu potencial no incremento da economia e da dinâmica da vida local.

O turismo se estruturou no Pantanal a partir do final dos anos de 1970, voltado sobretudo para a pesca esportiva, seguido pela modalidade de observação da natureza. Se o turismo pesqueiro rapidamente se expandiu e se consolidou por todo o território pantaneiro, a segunda modalidade, o turismo de natureza, vem se organizando de maneira gradativa. A princípio foi oferecida na forma de excursões aventureiras precárias, voltadas a um público composto sobretudo por jovens de origem estrangeira, realizadas em veículos improvisados, incluindo camping em áreas de matas e sem qualquer

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34<sup>a</sup> Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

infraestrutura (Banducci, 2007). A essa oferta turística aos poucos se somou o turismo de orientação ecológica. Em decorrência da crise que se abateu sobre a pecuária pantaneira nos anos de 1980, cujas técnicas de criação e de abate não permitiam competir com o mercado da carne nacional (Ribeiro, 2015), algumas propriedades, sobretudo aquelas localizadas em áreas de reconhecida beleza cênica e servidas por infraestrutura de acesso, implementaram experiências no campo do turismo de natureza e rural, servindo como atividade secundária e como meio complementar de renda às práticas pastoris, tradicional atividade econômica da região.

Com a expansão gradativa dessa modalidade de turismo, sobretudo nos municípios pantaneiros de Aquidauana, Corumbá e Miranda, em Mato Grosso do Sul, nova clientela de turistas se faz sentir no ambiente do turismo no Pantanal, trazendo outras sensibilidades e interesses para além da pesca, que incluem a natureza, mas também os povos tradicionais e suas culturas. Desse modo, a vida rural, as tradições do gado, as culturas indígenas, seus costumes e artefatos materiais passam a constituir demandas por parte dos turistas que visitam a região (Araújo, 2023). De outro lado, a presença desses visitantes afeta de diferentes maneiras a vida de muitas das comunidades locais, seja em decorrência da oferta variada de trabalho, comumente de baixa remuneração, seja por abrir um mercado consumidor para seus produtos agrícolas, artesanais e artísticos (Araújo, 2023).

Tal presença tem estimulado o engajamento gradativo de novos atores no cenário turístico do Pantanal, como é o caso de algumas sociedades indígenas, que têm buscado participação na atividade turística segundo seus interesses e suas próprias prerrogativas. Trata-se, segundo Cooper et al. (2007), de um movimento no campo do turismo de base comunitária e inclusivo, pois de caráter autodeterminado e que se volta para viajantes com expectativas e comportamentos mais condizentes com o modelo de turismo que as comunidades se dispõem a implantar, com ênfase nos aspectos étnico e ecológico e voltado para o benefício coletivo.

O estado de Mato Grosso do Sul abriga atualmente onze etnias indígenas, sendo elas: Terena e Kinikinau, da família linguística aruaque; Kaiowa e Guarani, da família tupi-guarani; Kadiwéu, falantes da língua guaikurú; Ofaié e Guató, do tronco macrojê; Chamacoco e Ayoreo de língua zamuco; Atikum e Camba, cada qual com uma língua original isolada (Chamorro e Combè, 2015, p. 20). Desses povos, algumas etnias que

habitam o território da planície pantaneira, tais como Kadiwéu, Terena, Kinikinau e Guató, cujos territórios apresentam potencialidades para o desenvolvimento do turismo, têm manifestado interesse em participar mais ativamente desse mercado e, como tal, vêm se mobilizando no sentido de promover o turismo de forma ordenada em suas terras.

Os indígenas Terena avançam com iniciativas nesse sentido, tendo criado a primeira agência indígena do estado, a Vamá Etnotur-Miranda-MS, criada no ano de 2021, com o “objetivo de promover o Etnoturismo e Turismo de Base Comunitária com o Povo Terena da Aldeia Moreira e Passarinho, Aldeia Lalima e TI Cachoeirinha” (<https://raizesds.com.br/pt/vitrine/vamaetnotur/>). Recentemente iniciaram uma experiência de visita, tipo *day use*, à Aldeia Babaçu, no município de Miranda (MS). Os pacotes incluem apresentações de danças, venda de artesanato, relatos sobre a cultura Terena e degustação de comidas típicas (Fernandes, 2024).

Se existem iniciativas implementadas de participação indígena autogerida no mercado turístico de Mato Grosso do Sul, este estudo se volta, no entanto, para experiências ainda incipientes, tendo como propósito analisar as motivações e articulações desencadeadas por indígenas Kadiwéu para efetivar sua participação na dinâmica do turismo regional. O trabalho visa discutir, a partir da experiência de duas aldeias da Terra Indígena Kadiwéu, a forma como têm se aproximado e como ocorre atualmente sua participação nesse mercado turístico, os meios utilizados para ampliar sua inserção na atividade, o grau de autonomia, bem como os desejos e anseios das comunidades envolvidas no que se refere ao modelo de turismo idealizado e até o momento gestado nessas aldeias.

A pesquisa se pautou em levantamentos realizados por ocasião de duas visitas técnicas às Aldeias Alves de Barros e Campina, na Terra Indígena Kadiwéu, no município de Porto Murtinho (MS), a convite da própria comunidade e com o intuito de proceder à avaliação de potencial e de demandas para o turismo, com observação direta e entrevistas com interlocutores indígenas e o contato com a realidade das duas comunidades visitadas. Os dados foram analisados com base em referencial teórico da antropologia do turismo, bem como, pautados em estudos sobre os povos indígenas do Pantanal.

### **Turismo indígena no estado e no Pantanal**

A presença indígena no turismo praticado no Pantanal pode ser notada desde os primeiros anos de implantação da atividade da pesca esportiva, pois a captura de iscas

vivas, a serem comercializadas com os turistas da pesca, contou desde então com o trabalho de catadores da etnia Terena, no município de Miranda (MS), um polo receptor de turistas da pesca (Banducci, 2006). Da mesma forma, nas margens do rio Paraguai e seus afluentes, como o rio São Lourenço, pequenas comunidades de pescadores de iscas têm sido recentemente reconhecidas como pertencentes à étnica Guató, antigos indígenas canoieiros que dominaram grandes extensões fluviais do Alto Paraguai e seus tributários (Eremites de Oliveira, 2023).

Os povos indígenas do Pantanal também estão presentes no mercado turístico, e de forma muito expressiva, por meio do trabalho de mulheres artistas, sejam da etnia Terena ou Kadiwéu, pois é delas a arte cerâmica tão apreciada e cobiçada por turistas que visitam a região e que costumam adquirir artefatos como potes, travessas, panelas, figuras zoomórficas e antropomórficas, entre diversas outras peças que constituem para as ceramistas valorização pessoal e fonte de renda para suas famílias.

No caso dos Kadiwéu, as cerâmicas podem ser comercializadas nas próprias aldeias, com visitantes que para lá se dirigem por motivos diversos e com intermediários, que encomendam as peças para serem posteriormente vendidas no mercado turístico. É comum, entretanto, as ceramistas se deslocarem até as cidades turísticas do estado, como Bonito, Miranda e Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, onde vendem suas peças a lojistas que as revendem aos turistas. Tal prática tem colocado as ceramistas e sua arte num contexto de intensa relação com a sociedade não indígena, o que faz delas agentes portadoras da afirmação étnica Kadiwéu e hábeis intermediárias e articuladoras de suas reivindicações junto aos não indígenas. Tal condição tem permitido a essas mulheres, não raro, alcançar uma novo *status* no interior das aldeias, pois o acesso facilitado à sociedade envolvente e a criação de redes de relações comerciais e artísticas, tem se traduzido no respeito por parte da aldeia e permitido um protagonismo equivalente ao de algumas lideranças masculinas.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Por ocasião da segunda visita à Aldeia Alves de Barros, quando da inauguração da Casa das Mulheres Artistas Kadiwéu, na cerimônia de abertura todas as autoridades e representantes institucionais presentes foram convidados a falar. Ao final, a líder ceramista, expôs a longa e penosa trajetória das mulheres – os caminhos, percalços e as parcerias – para conseguir realizar o sonho da edificação da Casa das Mulheres Artistas Kadiwéu. Seu protagonismo e importância política se explicitaram não apenas pela obra ali materializada, e produto do esforço coletivo das mulheres ceramistas, como também pelo contexto cerimonial, repleto de autoridades e representações indígenas e não indígenas, tais como o cacique Ciriaco Ferraz e o vice cacique Eteuvino de Almeida; a Secretária de Estado da Cidadania do Estado de Mato Grosso do Sul, Viviane Luiza da Silva; o representante da Funai; o diretor da Escola Estadual Indígena Antônio Alves; os representantes da universidade executora do projeto; entre outros membros de Ongs, pessoas do ramo empresarial e do movimento de mulheres. A visita da Secretária da Cidadania, que se

A condição de ceramistas e artistas, a que os anciãos da comunidade kadwéu denominam *Iwalepodi Anodagaga*, que as particulariza como mulheres ceramistas (Vergílio, 2023); a condição de comerciantes e de provedoras tem permitido a essas mulheres ampliar sua participação no campo decisório das políticas públicas das aldeias e mobilizar a atenção do grupo em torno de suas demandas e projetos. É nesse contexto que o turismo tende a se tornar tema de interesse e discussão desses indígenas, tendo, como no caso dos Kadiwéu, as ceramistas como idealizadoras e incentivadoras da atividade em seus territórios.

O turismo em área indígena não é novidade para alguns grupos da etnia Kadiwéu. Em aldeias próximas à cidade de Bonito (MS), até recentemente era oferecido por uma agência dessa cidade turística um pacote de visita ao Parque Nacional da Serra da Bodoquena, uma unidade de conservação de proteção integral federal criada no ano 2000, localizada próxima à área indígena, incluindo visita a uma aldeia da TI Kadiwéu, inclusive no período da pandemia<sup>3</sup>. O pacote, atualmente suspenso<sup>4</sup>, oferecia transporte, guia credenciado, almoço e bebidas, além da visita à “Reserva Indígena Kadiwéu”.

No blog da agência de Bonito o anúncio indicava:

O diferencial dos roteiros da Bonito Way através da parceria com a Lobo Guará Adventure é a possibilidade de o visitante visitar a Reserva Indígena Kadiwéu, conhecer sobre essa etnia e adquirir peças artesanais, após uma trilha de 7 quilômetros pelo Parque Nacional da Serra da Bodoquena, conhecendo o Rio Perdido (rio de água cristalina com tons de verde esmeralda) e recebendo informações desde a Guerra do Paraguai à influência dos índios na conquista desse território. (<https://www.bonitoway.com.br/pt-br/novidades/indios-kadiweu-kinikinau-uma-das-reservas-mais-bem-preservadas-em-bonito-ms>).

---

deslocou de helicóptero até a aldeia, causou alvoroço na comunidade. A expectativa de sua chegada era enorme e foi saudada com fogos de artifício, o que legitimou a importância da liderança feminina indígena e ressaltou o teor simbólico da solenidade. Em seguida à fala da líder, o cacique fez seu pronunciamento exaltando o papel das mulheres na vida política da aldeia, as suas conquistas, e expondo sua disposição para auxiliar na continuidade do projeto de implantar a visita turística na aldeia, com o foco na reforma do prédio da antiga escola estadual, adaptando-o para servir de dormitório aos visitantes.

<sup>3</sup> Num site de venda de pacotes turísticos o anúncio recomendava ao final da página, no item Cuidados com a Covid 19: “Ah, e não se esqueça de usar máscara, higienizar as mãos com frequência e procurar manter o distanciamento social” (<https://www.hurb.com.br/tickets/bonito/pe-na-trilha-bonito-parque-nacional-da-serra-da-bodoquena-visita-na-reserva-indigena-kadiweu-com-transporte-de-hoteis-em-bonito-TKT-RcysVb?adults=1>).

<sup>4</sup> Em contato com a agência promotora do passeio foi repassada a informação de que o pacote está suspenso, sem entretanto informar as razões e sem fornecer maiores detalhes sobre a visita.

A presença dessas atividades sempre constituiu problema para o povo Kadiwéu, pois nunca se tratou de iniciativa dos próprios indígenas, mas de pacotes idealizados por agências da região que poucos benefícios trazem aos grupos receptores dos turistas. Uma cachoeira famosa por sua dimensão e beleza, no rio Aquidabã, e que fica em território indígena, frequentemente é incluída nos roteiros de agências de Bonito, sem que os moradores das aldeias sejam consultados ou tenham qualquer retorno financeiro. Em depoimento ao projeto 200 anos de Brasil (Banco do Brasil), realizado em 2008 pelo Museu da Pessoa, o indígena Kadiwéu Marcelo Silva, que viveu por longos anos fora da aldeia, mas que atuou como guia de turismo na região, aponta para um conflito entre empresários do turismo e sua gente.

[...] eles invadiram as terras indígenas agora, porque eles estavam fazendo um atrativo turístico lá na aldeia e aí quando eles quebraram essa relação com o branco, porque o branco prometeu pagar aos índios um percentual daquilo por pessoa que eles iam ganhar, só que nunca foi repassado esse dinheiro. E agora os índios me pediram socorro, estão pedindo ajuda; estão todos os documentos aí pra ajudar pra encaminhar pro Governo pra dar uma olhada e ver como é que é. (Museu da Pessoa. Entrevista com Marcelo Silva, 2008.)

Apesar dessas experiências malsucedidas, que têm acontecido sobretudo nas aldeias próximas à cidade de Bonito, o interesse pelo turismo permanece vivo, tal como acontece nas Aldeias Alves de Barros e Campina, próximas à cidade de Bodoquena. Nesses locais, o que se assiste é um esforço despendido pela própria comunidade, decorrente em grande parte de iniciativas de mulheres, por implantar a prática turística em seus territórios visando ampliar sua atual participação nesse mercado, e estender os benefícios para a comunidade. Pereiro (2015) lembra que existem muitas experiências exitosas no Brasil e no mundo de turismo autogerido em aldeias indígenas, em que os sujeitos desempenham papel determinante no desenvolvimento da atividade, não sendo meramente agentes passivos no cenário turístico. Para o autor, o turismo tal como pensado e gestado pelas sociedades tradicionais, se configura como uma forma de resistência e de afirmação da identidade cultural (Pereiro, 2015).

Trata-se, de qualquer modo, de tema delicado, que requer cuidado e atenção, sobretudo, no dizer de Maldonado, “em função do impacto gerado por uma atividade muito competitiva e crescentemente internacionalizada em comunidades localizadas em

regiões remotas, dedicadas às atividades tradicionais de sobrevivência, [em geral] com poucas fontes alternativas de rendimento” (Maldonado, 2009, p. 25).

## **Os Kadiwéu**

Falantes da família linguística Guaikurú, os Kadiwéu são conhecidos como indígenas cavaleiros, por sua destreza com montarias. O território tradicional dos Mbayá-Guaikurú, ancestrais dos Kadiwéu, é o Gran Chaco paraguaio, “de onde se deslocaram entre o final do século XVIII e o início do XIX para a margem esquerda do rio Paraguai, ameaçados por espanhóis e portugueses, a quem opuseram constante resistência” (Silva, 2015, 277) Ainda que fosse um povo nômade, com economia pautada na caça e na coleta, foi sobretudo a habilidade equestre que intensificou a mobilidade dos Kadiwéu (Chamorro; Combè, 2015), que acabaram por dominar vasto território do sul do Mato Grosso do Sul, subjugando alguns povos e estabelecendo comércio e trocas matrimoniais com outros, como é o caso dos indígenas Terena e dos Kinikinau (Pechincha, 2014; Silva, 2015). Para além da arte da guerra, a estética Kadiwéu, tal como expressa na pintura corporal e facial e no grafismo sobre o couro e a cerâmica, logo foram destacados por estudiosos e etnólogos, tais como Guido Bogginai (1945), Levi-Strauss (1996) e Darcy Ribeiro (1980), pela sua beleza e pela complexidade da trama mitológica através dos desenhos.

De acordo com a narrativa indígena que busca legitimar a posse do território Kadiwéu, a área que até hoje habitam lhes foi destinada no século XIX pelo governo imperial brasileiro, em decorrência de sua valorosa participação na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, na qual o Brasil saiu vitorioso, juntamente com seus aliados. A primeira demarcação oficial do território ocorreu, entretanto, no ano de 1900, por determinação do então presidente do antigo estado de Mato Grosso, cuja medição destinou aos indígenas uma área de 373.024 há (Silva, 2015). No ano de 1981, nova demarcação das terras foi realizada, por técnicos e agrimensores da FUNAI e do exército que, corrigindo distorções da medição anterior, estabeleceram a área da Reserva Indígena Kadiwéu em 535.780 ha. A sua homologação ocorreu no ano de 1984, pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), através do Decreto no.89.578 (Silva, 2015, p.284). Apesar da posse incontestável, problemas fundiários têm sido uma constante em sua história e os Kadiwéu, fosse pela invasão de posseiros, fosse pelos conflitos com fazendeiros

arrendatários de suas terras para pastagem, acabaram por se estabelecer em faixa restrita da área que lhes é de direito. (Ladeira, M. E.; Azanha, G., 2014).

Nesse território, localizado integralmente no município de Porto Murtinho (MS), vivem 1.291 indivíduos, de acordo com dados do Distrito Sanitário Especial Indígena (DISEI/MS, 2019; Apud Vergílio, 2023), distribuídos em seis aldeias, sendo elas a Alves de Barros, a principal e que fica na borda da planície, com 609 habitantes; a Aldeia Campina, no alto da Serra da Bodoquena, com 122 habitantes; e a Aldeia Córrego do ouro, na parte baixa, com 18 habitantes; todas acessíveis a partir da cidade de Bodoquena. Em área avançada da planície, com acesso pela cidade de Bonito, encontram-se a Aldeia Tomázia, com 201 habitantes; a Aldeia Barro Preto, com 54 habitantes; e a Aldeia São João, com 227 habitantes, sendo que nesta última vivem famílias Terena e Kininau. Existem também indígenas Kadiwéu residindo em cidades, como nos municípios de Bodoquena e de Bonito (Silva, 2015).

Os Kadiwéu se autodenominam Ejiwajegi (pronuncia-se “edjiúadjegui”), que significa gente da palmeira eyuguá, conhecida em português como carandá (*Copernicia cerifera*), abundante em seu território (Chamorro; Combè, 2015). Atualmente vivem da caça, da coleta, da agricultura e de um sistema de criação de gado em parceria com fazendeiros da região. Da mesma forma, “a produção de cerâmica, conhecida dentro e fora do país pela sua exuberância, tarefa exclusivamente feminina entre o povo Kadiwéu, também possibilita ganhos econômicos, uma vez que está voltada para a venda a turistas” (Silva, 2015, 285).

No passado, a sociedade Guaikuru era estratificada e hierarquizada, possuindo três categorias de pessoas: a elite, composta pelos líderes e seus cativos; a camada mediana, ou “gente comum”, que não dispunham de cativos e de seus serviços, e, por fim, os cativos, segmento composto por indígenas de outras etnias, capturadas durante as expedições guerreiras. Com a fixação dos Kadiwéu na terra e a apropriação massiva do entorno por fazendas de gado, houve alterações em seu “morfismo” cultural, pois já não era possível fazer guerra e, como tal, dispor de “cativos” (Duran, 2015). A ideia do “índio guerreiro” foi reconfigurada no âmbito mitológico e dos rituais, expressa atualmente em algumas ocasiões festivas, tal como na festa do Navio, em que são representadas batalhas do conflito do Brasil com o Paraguai.

Da mesma forma, a arte se ateve, no cotidiano, mais ao ambiente doméstico, mantendo-se, entretanto, como elemento diacrítico de sua cultura e como agente de



contato com o mundo exterior, por iniciativa das mulheres, a partir da venda e da valorização de seus produtos (Duran, 2015). Cabe ressaltar que novas artes têm se apresentado ao fazer da mulher Kadiwéu, caracterizadas pelos padrões de pintura que lhes são próprios, mas se utilizando de novos suportes, como tecido e tela, e novos materiais como tintas sintéticas adquiridas no mercado convencional. Esses artefatos se somam aos da arte tradicional, feita com materiais recolhidos dentro do próprio território, como acontece com o trabalho das mulheres ceramistas, que permanecem não apenas produzindo a arte tradicional como continuam “transmitindo essa prática para suas filhas a partir dos quatro anos de idade, que já se inicia na modelagem através de brincadeiras usando o barro ao lado da mãe, enquanto os homens cuidam das terras” (Vergílio, 2023. p. 4).

### **Aldeia Alves de Barros – Nalagate libatadi.**

A Aldeia Alves de Barros, ou Nalagate libatadi (Pé da Serra), como é nominada pelos Kadiwéu (Vergílio, 2023), é considerada aldeia sede, possuindo atualmente em torno de 120 famílias (SED, 2021). Em meio ao cerrado da planície pantaneira, a aldeia se irradia através da vasta área de vegetação nativa e por entre pequenos cursos d’água, tendo, a Leste, a exuberante moldura verde azulada da Serra da Bodoquena. As moradias encontram-se dispersas por toda a extensão da aldeia, em terrenos de grandes dimensões, que em alguns casos tomam a proporção de sítios, onde cultivam pequenas roças de mandioca, abóbora, feijão, milho, dentre outras, e mantêm árvores frutíferas, tais como mangueiras, cajueiros, laranjeiras e bananeiras. Possuem também animais de criação, como galinhas, porcos, patos e carneiros, além de animais domésticos, como cães e gatos. Algumas famílias dispõem de cavalos e gado, criados na própria área da moradia ou em campos afastados. Os terrenos tendem a abrigar famílias extensas, com pais, filhos, genros e noras e netos, entre outros parentes, abrigados em casas de alvenaria e de madeira.

A área para a qual converge a coletividade da aldeia, e que constitui o seu centro, dispõe de uma escola pública desativada; da Escola Estadual Indígena Antônio Alves, de ensino fundamental e médio, com capacidade para atender 180 estudantes; de uma quadra de esportes; um posto do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – PREVFOGO; uma igreja Evangélica e o Centro Cultural, que consiste numa

área coberta de aproximadamente 100 m<sup>2</sup>, com arquibancadas nas laterais, própria para realização de reuniões, feiras e apresentações culturais<sup>5</sup>. O Centro Cultural foi construído a partir de demanda da comunidade e se destina a atender iniciativas e eventos da aldeia, tais como feiras, reuniões, encontros festivos, entre outros, servindo também como receptivo e palco de apresentações culturais para visitantes.

De acordo com Vergílio (2023), a Aldeia Alves de Barros é a

comunidade que mais se preocupa em realizar as festividades tradicionais indígenas específicas deste grupo, sendo que é possível assistir a rituais como a festa da menina moça, a retirada do luto, o batismo de criança no primeiro dia de dança, o ritual da distribuição de carne, por exemplo, nos dias de festividade, entre outras atividades. (Vergílio, 2023, p. 4).

Ao lado do Centro Cultural, foi inaugurada, em fevereiro de 2024, a Casa das Mulheres Artistas Kadiwéu<sup>6</sup>, um espaço projetado para abrigar a produção das mulheres ceramistas e artistas da aldeia, no qual poderão expor e comercializar seus produtos, realizar oficinas, entre outras atividades ligadas à arte e ao fazer das mulheres na aldeia. Uma liderança assim definiu o local: “a Casa é nossa, é minha, é sua, é de toda mulher Kadwéu” (Líder ceramista, Aldeia Alves de Barros), enquanto que outra interlocutora afirmou orgulhosa: “agora nós temos um lugar para mostrar e vender nossas cerâmicas” (Ceramista, Aldeia Alves de Barros). Os espaços recentemente construídos, sobretudo os que atendem às demandas das mulheres da aldeia, visam, de um lado, potencializar a produção cerâmica e de artefatos de arte Kadiwéu e, de outro, incrementar a visitação à aldeia, de tal forma a promover o turismo e a economia local, ao mesmo tempo em que contribuem para consolidar o lugar da mulher artista no seio da comunidade.

O Centro Cultural, devido à rede de Wi-fi disponível na escola, é um local de atração de jovens da aldeia, sendo que ali se reúnem, sobretudo aos finais de semana, inclusive à noite, para conversar, acessar as redes sociais com seus celulares e socializar com amigos. Por ali também circulam muitos moradores, que se dirigem aos cultos da igreja, visitam parentes,

---

<sup>5</sup> O Centro Cultural foi construído com recursos do projeto “Pesquisa sobre cerâmica e o fomento da comunidade e cultura Kadiwéu no Mato Grosso do Sul”, parceria da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, da Universidade de Manitoba (Canadá) e da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect).

<sup>6</sup> Essa edificação resultou igualmente do projeto “Pesquisa sobre cerâmica e o fomento da comunidade e cultura Kadiwéu no Mato Grosso do Sul”, em sua segunda etapa de realização.

retornam de passeios e trabalho diários, sendo um local de significativo trânsito de pessoas. Os jovens permanecem em grupos, sentados nas arquibancadas do Centro Cultural ou reunidos em seu entorno. Eles reclamam da pouca oportunidade de lazer e mesmo de trabalho na aldeia. Essa demanda não passa despercebida pelas lideranças mais velhas, sobretudo das mulheres que, em conversas durante nossa visita, expressaram preocupação em relação à educação graduada, que é uma demanda constante das famílias, e manifestaram expectativa em torno do turismo como alternativa de trabalho e perspectiva de futuro para os jovens da aldeia. Como relatou uma interlocutora:

Precisamos que nossos jovens saiam para estudar, que se formem numa profissão, como professores, advogados, enfermeiros... Mas, é preciso que eles voltem, para morar na aldeia e ajudar o seu povo. Nós vivemos muito tempo fechados, voltados para nossos problemas internos. Foi preciso, prá gente poder se organizar e se fortalecer. Mas agora, é hora de abrir para fora, sair para estudar. São poucos os Kadiwéu com graduação, com diploma. Precisamos de muito mais. E também, abrir a aldeia para receber pessoas de fora, o que não acontecia até pouco tempo. Agora nós estamos nos abrindo para receber essas pessoas, pesquisadores, estudantes, turistas... (Interlocutora Kadiwéu, 2024).

O turismo, desse modo, aparece como uma das modalidades de ação que compõem o projeto mais amplo de abertura do povo Kadiwéu para o diálogo e intercâmbio com o “mundo de fora”. Se permaneceram por um tempo focados em questões de ordem grupal, fosse em razão de querelas internas, fosse pela necessidade de defesa de seu território, os Kadiwéu agora, sobretudo por iniciativa das mulheres, começam um processo de abertura e diálogo com a alteridade. O movimento é no sentido de ampliar a interlocução que já acontecia anteriormente a partir da prática artística e comercial das mulheres, que desde muito tempo saem das aldeias para vender sua arte em cidades turísticas, como Bodoquena, Bonito e Campo Grande, ou para exibi-la em exposições artísticas, dentro e fora do país.

Desse modo, a atividade turística não é percebida apenas como propícia à complementação de renda. Ao contrário, é um setor no qual a comunidade deposita confiança como potencial de afirmação cultural e de incremento da economia local, uma atividade vista como capaz de abrigar jovens em novas frentes de trabalho e de contribuir para sua permanência nas aldeias. Da mesma forma, é percebida como um meio de ampliação e diversificação das redes de relações com outras sociedades, indígenas e não indígenas.

A atividade, que se almeja incrementada no interior da Terra Indígena, perfaz, desde algum tempo, o horizonte de expectativas e demandas da comunidade. O Programa Corredor Azul – Pantanal, numa ação implementada em 2018 pela Wetlands International Brasil, em parceria com o Mupan – Mulheres em Ação no Pantanal, trabalhou junto às famílias Kadiwéu, na elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Kadiwéu, no qual o turismo aparece como um dos itens do Plano de Vida da comunidade (Pereira; Cristofori, 2022). Assim, o desenvolvimento de projetos de turismo sustentável e a capacitação de pessoas da comunidade para receber turistas nas aldeias, bem como a elaboração de plano de negócios para ampliar o comércio da arte cerâmica, é de interesse longo e comum dos moradores da Terra Indígena (Pereira; Cristofori, 2022. Pag. 49 e 58).

Nesse cenário, de anseios coletivos, de iniciativas estruturantes e de abertura para a alteridade tivemos a oportunidade de realizar duas visitas à aldeia Alves de Barros, sendo uma caracterizada como visita técnica, a fim de desfrutarmos de atendimento turístico, como experiência de receptividade da aldeia, e uma visita a convite das ceramistas para a inauguração da Casa das Mulheres Artistas Kadiwéu.

Um primeiro aspecto a se destacar é a relativa dificuldade de acesso à aldeia Alves de Barros. Distante aproximadamente 45 Km da cidade de Bodoquena, em estrada de chão batido, a aldeia não estaria, do ponto de vista espacial, deslocada do circuito do turismo regional. A viagem, inclusive, reserva atrativos de impressionante beleza cênica, como os mirantes que permitem observar a vastidão verde da planície pantaneira. O maior desafio no acesso está, entretanto, no caminho que leva do alto da Serra até a aldeia, na planície, pois a descida é íngreme e acidentada, devendo o trajeto ser realizado em veículos com tração nas quatro rodas e com motoristas experientes.

Para movimentar-se entre a aldeia e a cidade, os moradores da Alves de Barros se utilizam do serviço de freteiros, da cidade de Bodoquena, que estão adaptados aos caminhos íngremes da Serra. Para os turistas esse seria o meio mais adequado de acesso à aldeia. Os veículos, porém, ainda que adaptados, são antigos, pouco confortáveis e o frete tende a ser de valor elevado, em torno de R\$ 600,00 no transcurso ida e volta para visitantes externos. Tal condição encarece a viagem e tende a ser um fator inibidor de visitas ao turista ocasional ou com menos recursos.

Estando na aldeia nos foi oportunizado desfrutar diferentes experiências concebidas para serem futuramente ofertadas aos turistas, como o contato próximo com o ambiente

do Pantanal e da Serra da Bodoquena e a vivência da cultura indígena e do cotidiano da aldeia. Trata-se de atividades atraentes, que apontam para a possibilidade de elaboração de roteiros diversos tendo como foco atrativos culturais, ambientais e de aventura.

A primeira atividade que nos foi dado participar consistiu na visita ao ateliê de uma ceramista, no pátio lateral de sua casa. A experiência, extremamente bem elaborada e enriquecedora, permitiu ao grupo apreciar todo o processo produtivo da cerâmica, desde o barro bruto até a queima e sua pintura final. A artista preparou previamente diferentes peças e as expôs em estágios distintos de fabricação. Enquanto moldava um dos objetos cerâmicos ou imprimia com auxílio de um cordão os desenhos tradicionais em outro, a artista relatava as etapas da confecção e o significado dos grafismos impressos às peças. Concluída essa tarefa, ela efetuou a queima de dois vasos, em uma fogueira acesa para esse fim. Ao final, deu início ao processo de pigmentação de um vaso com o uso de diferentes argilas e de pau santo, vegetal do qual extraem a resina que depois de derretida fornece um verniz de cor preta característico da decoração das cerâmicas kadiwéu (Duran, 2015). Extasiados com a experiência, os participantes adquiriram todas as peças fabricadas a seus olhos e outras restantes do acervo da artista.

Em outro momento, o grupo pode participar de uma excursão para a coleta de barro verde numa área de mata ao pé da Serra da Bodoquena. Trata-se de um dos tipos de argila utilizada na pintura das peças cerâmica, empregado in natura na pigmentação dos artefatos. A busca pelo barro não era de resultado garantido, o que tornou a expedição uma aventura pitoresca. O material somente foi encontrado depois da indicação de um indígena mais velho, nas margens de um riacho. Após longa escavação o barro surgiu, para alegria dos presentes, em sua coloração característica, verde acinzentado, contrastando com a argila marrom do barranco, e pode ser depositado em pequenos recipientes, entregues mais tarde às ceramistas.

Para além dos atrativos principais, o grupo realizou passeios para conhecer a aldeia e efetuou visitas a algumas residências onde os moradores, em grande expectativa, aguardavam para conversas e o comércio de artefatos cerâmicos e em madeira e palha. As experiências, ao mesmo tempo fascinantes e divertidas, permitiram ao nosso grupo uma imersão, ainda que breve, instrutiva e afetiva ao contexto da produção cerâmica Kadiwéu e a alguns aspectos do cotidiano e da cultura da aldeia.

Todo o roteiro, a recepção, os atrativos foram pensados e preparados pelos indígenas, sobretudo as ceramistas, que contaram com o apoio do vice cacique e dos brigadistas do PREVFOGO. Não houve menção, no decorrer da visita e das conversas, sobre a participação ou orientação de parcerias como Ongs, empresários ou mesmo da Funai<sup>7</sup> acerca da implantação do turismo na aldeia. Trata-se de projeto autogestionado, que aponta para uma experiência pautada em princípios do etnodesenvolvimento (Honorato, 2020), sendo um vetor de afirmação étnica e de resistência a ingerências externas (Gorayeb et all, 2018), considerando que a atividade vem sendo implantada segundo um modelo, ritmo e interesses próprios do grupo indígena.

### **A Aldeia Campina – Exonagha.**

A Aldeia Campina, ou Exonagha no idioma Kadiwéu, foi criada no ano de 1930, formada por um grupo de aproximadamente 13 famílias que se instalou em terras altas, à borda da Serra de Bodoquena, em território indígena Kadiwéu, no município de Porto Murtinho – MS. O primeiro cacique nomeado foi o senhor Zidório Ferraz, sendo que atualmente a comunidade tem como representante o Sr. Pedro Nunes Romeo Filho.

A economia da aldeia está centrada na produção de roçados, nos quais cultivam arroz, mandioca, abóbora, feijão de corda, milho, cabaças, entre outros produtos; e no trabalho masculino exercido fora da aldeia, em fazendas vizinhas. Recentemente, por iniciativa e o trabalho de mulheres da aldeia, teve início a produção e comercialização incipientes de produtos artísticos e artesanais.

Se comparada à vizinha Alves de Barros, a aldeia Campina é uma comunidade pequena e que encontra dificuldades para estabelecer diálogo e parcerias com a sociedade envolvente, sobretudo no que diz respeito à participação em projetos e programas que resultem em benefícios econômicos, sociais e culturais para a comunidade e seu ambiente. Tal como comenta uma jovem interlocutora local, “A Campina, que é uma aldeia bem pequena, não é reconhecida [...], sendo que muitas vezes somos deixados de lado, [em

---

<sup>7</sup> . Apesar de haver regulamentado o turismo em TIs, através da Instrução Normativa Nº 3, de 11 de junho de 2015, a Fundação Nacional do Índio não define com clareza o que entende pelas modalidades de Etnoturismo e Ecoturismo que a instrução prescreve, nem estabelece como deve ser elaborado o Plano de Visitação, condição para autorizar visitas em Tis (Lustosa, 2018). Enquanto isso, vários povos têm vivenciado experiências turísticas em seus territórios sem o aval ou conhecimento do órgão gestor.

detrimento de outros povos ou de outras aldeias do mesmo grupo]”. Os desafios são de toda ordem, desde oportunidades e condições favoráveis de trabalho, até mesmo de meios de transporte e mobilidade, que permitam o escoamento de seus produtos, sendo que a comunidade, pelas condições modestas de sua população não tem acesso facilitado à cidade de Bodoquena.

Devido a indisponibilidade de matéria prima, a argila para a produção de cerâmica, essa arte e o conseqüente comércio que promove se mostram inviáveis na aldeia Campina. Essa dificuldade levou recentemente as mulheres da aldeia a investir em outras formas tradicionais de produção artística, condizentes com sua cultura e sua realidade. Foi então que elas encontraram no grafismo, mais exatamente na pintura em tecido e em telas, um meio de expressar sua identidade cultural e dar vazão a sua criatividade.

Durante a visita técnica foi possível conhecer o trabalho do grupo Ghaletá, composto por jovens artistas da aldeia. Trata-se de um “grupo de dança tradicional feminino” (Vergílio, 2023), que atua também na produção da arte através da pintura e confecção de adornos com sementes, ossos e palha. Da mesma forma, confeccionam artefatos como lanças, arco e flecha, arte em madeira entalhada e cestarias com palha da palmeira pindó. Através das pinturas o grupo tem expressado a tradição do grafismo, porém aplicado a suportes alternativos, como tecidos, couro e outros, que se transformam também em objetos de vestuário e acessórios, tais como ecobags, vestidos e camisetas, sempre com motivos da cultura Kadiwéu.

Recentemente, com aporte do Fundo Mulheres Indígenas do Brasil, foi promovida na aldeia uma oficina de pintura e confecção em tecido, ministrada inclusive por uma jovem estilista da própria Campina. De acordo com ela, “... na Campina foi pensado em trabalhar com grafismo, grafismo cultural. Aqui se pensou em oficina de grafismo, para desenhar em roupa. Quero mostrar ao mundo a nossa identidade através da moda” (Estilista Kadiwéu). A realização da oficina aumentou o interesse das mulheres da aldeia, jovens e anciãs, em trabalhar com esses materiais, que possibilitam a manutenção da cultura do grafismo indígena e, ao mesmo tempo, permitem um diálogo mais próximo com o mercado, através da arte da pintura e da moda. Tal possibilidade tem seu êxito condicionado, em muitos aspectos, ao aporte externo, que proporcione as condições mínimas para o seu desencadeamento, como oferta de matéria prima, transporte e local para recepção e comércio dos produtos dentro e fora da aldeia.

Há que se destacar que o município de Bodoquena, devido às belezas cênicas, com cânions e rios repletos de cachoeiras e águas cristalinas, tem se tornado um polo de atração turística, estando a região inserida na rota de turismo das águas, que acontece nos municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena. O interesse por conhecer as áreas indígenas tem se mostrado crescente entre os turistas que visitam a região, o que favorece a aldeia Campina, pois, além do acesso ser menos problemático que à Aldeia Alves de Barros, o turista que deseja visitar essa última deve passar necessariamente pela primeira. Tal condição favorece a visitação a essa aldeia, o que tem sido um aspecto motivador das iniciativas voltadas para o turismo. Assim, é demanda das mulheres da comunidade a edificação de uma casa de arte, semelhante a da Alves de Barros, onde possam produzir, armazenar sua arte, da mesma forma que recepcionar e comercializar seus produtos com os visitantes<sup>8</sup>.

É nesse sentido que a edificação de um centro, com oficina e receptivo para atender ao comércio com visitantes, se mostra uma iniciativa importante e premente, pois a comunidade tem assistido à chegada dessa clientela, curiosa por sua cultura e interessada em adquirir seus produtos, porém, não dispõe de condições de atendê-la a contento e de promover a dinâmica da economia local a partir dessa atividade. Falta-lhes infraestrutura física e matéria prima suficiente para produzir artefatos que lhes permita ingressar nesse mercado promissor.

No roteiro da visita à Aldeia Exonaga, a apresentação de dança tradicional não pode se realizar, porém, o grupo de jovens mulheres se apresentou vestido com a indumentária por elas produzida, sendo vestidos, blusas e saias com estampas inspiradas no grafismo Kadiwéu, além das pinturas faciais. Houve uma roda de conversas que versou sobre as origens e práticas do grupo, bem como sobre suas demandas para a vida na aldeia. Oficinas de pintura e produção de artefatos indígenas, da mesma forma que cursos de informática e maquiagem apareceram como reivindicação das jovens. Foi consenso nas falas a necessidade de integrar a aldeia ao circuito do turismo regional, o que entendem como promissor, tendo em vista o aumento no número de pessoas que por ali circulam com destino à Aldeia Alves de Barros. No decorrer da conversa, ao abordar

---

<sup>8</sup> Com o propósito de atender a essa demanda um projeto de edificação de um centro de arte, com oficina e receptivo para viabilizar o comércio com visitantes, está em curso na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com fundo proveniente de Camila Jara. O projeto tem o propósito mais amplo de promover a inclusão de mulheres indígenas e propiciar a dinâmica da cultura mediante o incentivo a sua arte e criatividade ancestrais.



as demandas por investimento públicos, ficou nítido o interesse por mais infra-estrutura, incluindo melhoria da estrada, facilidade de transporte e edificação de um local para recepção de turistas e comercialização das peças produzidas pelo grupo<sup>9</sup>.

### **Comentários finais**

A atividade turística perpassa o cotidiano das aldeias Kadiwéu desde longa data. Para além das investidas do empreendimento turístico em seu território, e comumente sem seu consentimento, em busca dos atrativos naturais ali preservados, o trabalho das mulheres ceramistas, cujas peças artísticas são muito apreciadas pelos visitantes que se dirigem à região, confirmam a presença indígena no circuito turístico do Pantanal. A sua inserção e permanência nesse setor tem se dado, entretanto, de forma tangencial, o que se traduz em desconforto, resistências e, como no caso aqui analisado, em iniciativas por promover maior centralidade e protagonismo dos indígenas no mercado turístico regional.

As aldeias Alves de Barros e Campina vivenciam atualmente um período de abertura de seu povo para o diálogo e o contato com a alteridade. A formação acadêmica dos jovens demonstrou ser uma preocupação frequente das famílias, associada à busca de alternativas para a manutenção desses jovens nas aldeias. Nesse contexto, o turismo desponta como atividade atraente para as comunidades, pois é reconhecido o interesse dos turistas pelas culturas indígenas, seus territórios, sua arte e seu cotidiano, ao mesmo tempo em que se consolida o desejo dos Kadiwéu por promover o turismo nas aldeias.

Se o turismo surge a esse povo como vetor capaz de gerar frentes de trabalho e incrementar a renda no interior das aldeias, desponta, da mesma forma, como catalizador de afirmações étnicas e como mecanismo ampliação das redes de relações sociais com outras sociedades e outras etnias. E são justamente as mulheres ceramistas que têm se colocado à frente desses projetos, pautadas nas experiências de contato com a alteridade propiciadas pelo comércio extra aldeia e pela preocupação com o futuro da população mais jovem. Ao mesmo tempo, seu protagonismo decorre da condição de artistas, comerciantes e provedoras que o turismo lhes proporciona.

---

<sup>9</sup> Após nossa visita, e para confirmar o interesse da aldeia na construção de um espaço para as mulheres artistas, a fim de servir como oficina e centro de comércio dos produtos, houve uma pequena assembleia com as mulheres, coordenada pelo cacique, da qual resultou um documento, assinado pelos/as presentes, dispondo sobre a necessidade dessa obra e a solicitação de cooperação.

O modelo de turismo que vem sendo proposto nas aldeias visitadas indica tratar-se de experiências muito bem concebidas e articuladas, pautadas em gestão própria, em conformidade com os princípios do etnodesenvolvimento, que exaltam a cultura e práticas tradicionais, incluindo a produção cerâmica, o grafismo, as danças e também o contato com o cotidiano das aldeias, tal como preconiza o segmento do etnoturismo.

De acordo com Lustosa (2018), diante do contexto de inserção de comunidades indígenas na conjuntura do turismo nacional, em que alguns povos tendem a sofrer pressões dos grandes empreendimentos turísticos nacionais e internacionais, que se apropriam dos projetos turísticos em seus territórios, convém a partir de uma linha de tempo acompanhar a origem e o desenvolvimento do turismo em TIs a fim de compreender as ingerências que porventura se abatam sobre os projetos autogestionados dos povos indígenas e auxiliar em seu controle. Esse estudo, voltado para uma experiência incipiente de turismo em duas aldeias Kadiwéu, para além de relatar o processo desencadeado com vistas a implantação do turismo nessas áreas, pretende ser uma fonte inicial de acompanhamento desses projetos em Território Indígena Kadiwéu.

## Referências

- Araújo, S. S. (2023). *Ecoturismo e identidade no Pantanal Sul: usos da categoria “pantaneiro” em perspectiva*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Antropologia Social). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- Banducci Junior, A. (2007). *A natureza do pantaneiro: relações sociais e representação de mundo no Pantanal da Nhecolândia*. Editora da UFMS.
- Banducci Junior, A. (2006). *Catadores de iscas e o turismo da pesca no Pantanal Mato-Grossense*. Editora da UFMS.
- BOGGIANI, Guido. *Os Caduveo*. [1.ed.: 1894] São Paulo: Livraria Martins Editora, 1945.
- Chamorro, G. e COMBÈS, I. (Orgs.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. Cooper, C. et al. (2007). *Turismo: princípios e práticas*. Bookman.
- Duran, M. R. C. (2015). Leituras antropológicas sobre a arte Kadiwéu. *Cadernos de Campo*, 24(1), 43-70. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v24i24p43-70>

- Comissão Pró-Índio. (1984). *Índios no Estado de São Paulo: Resistência e transfiguração*. Yankatu Editora
- Eremites de Oliveira, J. (2023). *Da invisibilidade à visibilidade da história do povo Guató no Pantanal*. Revista Tellus. 23(51), 161–225  
<https://doi.org/10.20435/tellus.v23i51.880>
- Fernandes, J. Aldeia estreia turismo ‘bate e volta’ com dança, artesanato e comida. Jornal Campo Grande News. Campo Grande, 07 de julho de 2024 (In: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/aldeia-estrelia-turismo-bate-e-volta-com-danca-artesanato-e-comida>)
- Gorayeb, A.; Meireles, A. J. de A.; Lustosa, I. M. C. e Almeida, M. G. de. Anais do IV Colóquio Internacional de Turismo em Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais: Ataques aos seus direitos e suas estratégias de enfrentamento, Fortaleza: Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, 2018.
- Honorato, B. E. F. (2017). *O chamado da floresta, um estudo sobre o festival de cultura Yawanawa*. Tese (Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração), Universidade Federal de Minas Gerais.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2020). *Pesquisa Mensal de Serviços*. Recuperado em 22 abril de 2024, em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/>
- Ladeira, M. E.; Azanha, G. (2014). *Povos indígenas no Brasil: Terena*. Recuperado 18 de maio de 2024, em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Terena>
- Lévi-Strauss, C. Tristes trópicos. [1ª Ed.1955] Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Lustosa, I. M. C. (2015). Políticas públicas para regulamentar o turismo em terras indígenas: povos indígenas, projetos de turismo e demarcação no Brasil. In: Gorayeb, A.; Meireles, A. J. de A.; Lustosa, I. M. C. e Almeida, M. G. de. Anais do IV Colóquio Internacional de Turismo em Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais: Ataques aos seus direitos e suas estratégias de enfrentamento, Fortaleza: Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, 2018.
- Maldonado, C. (2009). *O turismo rural comunitário na América Latina; gênese, características e políticas*. In R. Bartholo, D. G. Sansolo & I. Bursztyn. (Eds.).

Turismo de Base Comunitária, diversidade de olhares e experiências brasileiras (pp. 25-44). Letra e imagem.

Moretti, E. C. (1999). *Atividade turística no Pantanal e as transformações no trabalho*. Revista de geografia, 5(9), 41-46.

Museu da Pessoa. Olho de Gavião: um indígena de muitas vidas Marcelo Silva. (Entrevista), 2008.)

Pechincha, M. T. S. (2014). *Povos indígenas no Brasil: Terena*. Recuperado 18 de maio de 2024, em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Terena>

Pereira, L.R.; Cristofori, P. P. Plano de vida do território indígena Kadiwéu, 2.ed., Campo Grande – MS: Mupan, 2022.

Pereiro, X. (2015). *Pelos trilhos do(s) turismo(s) indígena(s)*. Revista de Estudos na Cultura - AGÁLIA. Turismo em terras indígenas.

Ribeiro, D. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. Petrópolis: Vozes, 1980.

Ribeiro, M. A. (2015). *Entre cheias e vazantes: a produção de geografias no Pantanal*. Editora UFMS.

Silva, G. J. da. De Mbayá-Guaikurú a Kadiwéu: uma sociedade de artistas e guerreiros. In: 2015, p. 278. CHAMORRO, Graciela e COMBÈS, Isabelle (Orgs.). Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

Vergílio, Benilda. *Exonada ania nalagate libatadi, elé me anotio*. Aldeia Campina e Aldeia Alves de Barros, seja bem-vindo(a). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS-UFMS), 2023. (Disciplina de Antropologia do Turismo).